



# O TRIPEIRO

Director: Eng.º Francisco de Almeida e Sousa • Propriedade: Associação Comercial do Porto • Administração: Associação Comercial do Porto

Sede: Palácio da Bolsa — Rua Ferreira Borges — Telef. 200 27 28 — 4000 PORTO • Fotocomposição e Impressão: Tipografia Uniarte Gráfica — Porto

Dep. Legal n.º 11457/86 • Registo na D.G.C.S. N.º 107643 • Distribuição: Mário da Silva Braga, Lda. — R. Duque de Terceira, 271 — 4000 Porto

Tiragem 5000 exempl. • Revista Mensal • Preço 400\$00 • Assinatura Anual: 4.000\$00



**CAPA: Arnaldo Van Zeller**

1.º Presidente da Associação Comercial do Porto

7.ª SÉRIE (SÉRIE NOVA)  
ANO X/N.º 12

## SUMÁRIO

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO E A LIBERDADE DE COMÉRCIO NO SEC. XIX — Por Luís A. de Oliveira Ramos	362
ANTERO DE QENTAL PODERIA TER SIDO UM SANTO ORTODOXO, SE... — Por Cruz Malpique	370
COMÉRCIO RETALHISTA NA CIDADE DO PORTO DE FINAIS DO SÉCULO XIX (V) — Por José Alberto Rio Fernandes	376
CANDIDINHA — A grande artista do bordado — Por Manuela Campos Monteiro	381
NO CENTENÁRIO DE SANTO INÁCIO DE LOYOLA — Por Manuel Leão	389
MEMÓRIAS DOS ANOS 40 — Por Ercílio de Azevedo	391

# A Associação Comercial do Porto e a liberdade de comércio no século XIX

Por LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS \*

I

A Associação Comercial do Porto surgiu em 1834, ano marcado pelas vitórias militares de Almostr e da Asseiceira que viabilizaram a restauração do regime liberal. Uma vez consolidada a nova ordem política definida pela Carta Constitucional, procedeu-se à extinção das ordens religiosas e à nacionalização das suas casas, factos que avivaram o contencioso com a Santa Sé a ponto de o Sumo Pontífice excomungar D. Pedro.

Abre-se, então, uma época de afirmação dos valores burgueses, baseados na liberdade política e civil, na propriedade e numa economia «anti-intervencionista de unidades independentes em consonância entre si». «À ostentação e à prodigalidade», apanágio dos próceres do Antigo Regime, «contrapõe a burguesia a poupança, o investimento, o trabalho reprodutivo», observa Magalhães Godinho. O assento patrimonial de quantos personificam a nova ordem beneficia da venda em hasta pública dos bens nacionais e o seu dinamismo económico reflecte-se na fundação coeva das Associações Comerciais de Lisboa e do Porto, expoentes de um contexto social e económico que a Carta regula.

A ideia chave do Cartismo era a de todos os movimentos liberais, era, no dizer de Herculano, a ideia da liberdade, «filha primogénita do Evangelho». Fora ela que enformara a experiência democrática-radical vintista, tentada entre 1820-1823, e a ela, genericamente, se subordinara D. Pedro para, em 1826, estabelecer o regime que em 1828 sossobrará às mãos de D. Miguel. Pela liberdade sofreram, «o desterro, as tempestades, a fome, os vermes, a nudez, os suplícios e a morte» quantos, no exílio, personificavam o constitucionalismo liberal, viabilizando o seu ressurgimento nos anos 30, quantos, no cerco do Porto, integraram ou apoiaram o

exército de D. Pedro na luta contra as hordas tumultuosas da monarquia absoluta. Esses liberais exaltavam a liberdade como *fonte de direito*, pois, entendiam: «o complexo das questões sociais contém-se na questão da liberdade individual», à qual remontam todos os problemas. O «facto essencial da história» era, para



JOSÉ FERREIRA BORGES.

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto.

eles, justamente, a luta pela conquista da liberdade, traduzida nas «*resistências felizes ou infelizes ... contra o despotismo e as oligarquias*».

Em matéria económica e social, por serem tão livre cambistas quanto individualistas, os liberais preconizavam a doutrina da não intervenção. «Toda a civilização assentaria na troca — de bens e serviços — e pelo livre desenvolvimento das trocas é que adviria o progresso geral». No século XIX, intérprete por excelência desta doutrina económica liberal foi o português Dr. José Ferreira Borges, um dos autores da Revolução de 1820, que, em 1834, pôs à venda, na cidade, o primeiro *Código Comercial*, já aprovado pelas instâncias competentes.

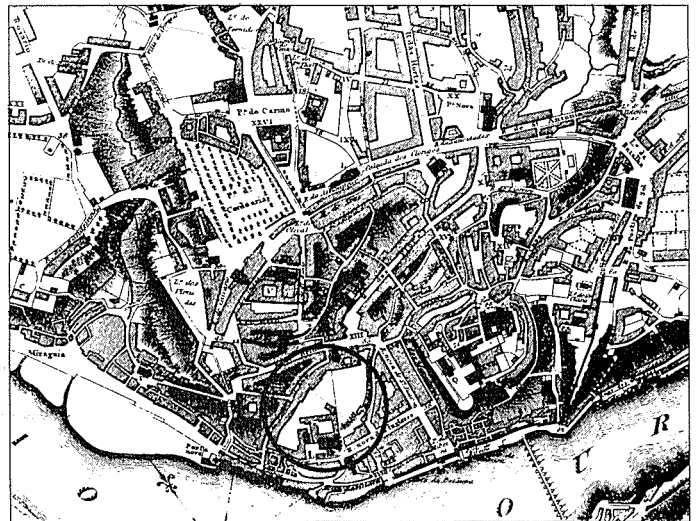
Segundo Ferrer Correia, no Código, ombreiam «normas de direito substantivo mercantil», a par de «normas relativas à organização judiciária e ao processo a seguir nos tribunais comerciais», resultando desta hibridez uma das suas «maiores imperfeições». Vasco Xavier, por sua vez, di-lo um texto «extenso e difuso, excessivamente casuístico, onde abundam as definições, a ponto de parecer, «por vezes, mais uma exposição doutrinal do que um diploma legislativo». Algumas destas peculiaridades, obedecem, porém, a um «propósito didático», que o autor expressamente quer vincar, «*dada a novidade da matéria*». Não primando pela clareza, o Código avulta por «pôr termo a enormes incertezas quanto à regulamentação do comércio», outrossim «recolhendo muitos contributos da doutrina e legislação estrangeiras». Daí constituir «um importante progresso legislativo» e «um esforço notável» numa época em que se verificava a «insuficiência do Direito Civil... para servir cabalmente o direito comum».

Em linhas gerais, o pensamento de Ferreira Borges perpassa nas suas «Instituições de Economia Política», dadas à estampa em 1834, e tem por fonte o Curso de Economia Política, de Storch, editado na década precedente (1823). Aí, resume Laranjo Coelho, critica severamente a legislação económica do Marquês de Pombal, de cunho dirigista e estatizante, por entender que a indústria «só pode prosperar onde o emprego dos capitais é da livre escolha dos seus donos. Da parte do Estado basta que ele proteja o esforço dos particulares pela segurança das pessoas e bens». Esclarecendo a essência do seu pensamento, noutro passo, o jurista preconiza «a necessidade de se abolir toda a legislação das proibições, dos direitos infelizmente chamados protectores, das restrições comerciais».

Ora, se as concepções de Ferreira Borges, agora esquematizadas, ajudam a compreender ulteriores opções da Associação Comercial do Porto, instituição que ele concebeu e apadrinhou, facilita o mesmo entendimento o saber-se que o mesmo autor julga «a

circulação tanto mais produtiva quanto mais rápida», observando que o tempo por ela exigido não pode ser o mesmo em todos os ramos do comércio.

Século do liberalismo económico e político, oitocentos é também o século do ascenso da burguesia e da transformação morfológica das cidades. O burgo



O Porto em 1813, antes do Palácio da Bolsa.  
(assinalado o Convento de S. Francisco, local onde foi edificado)

medieval que o Porto fôra, e que Garrett tão bem descreve no *Arco de Sant'Ana*, volve-se progressivamente no burgo de oitocentos, numa outra entidade, cuja fisionomia, melhor que ninguém, Júlio Dinis e Ramalho Ortigão qualificaram.

Essa fisionomia, a meio do século passado, traduz o reflexo, nas margens do Douro, de algumas tendências próprias do urbanismo europeu. Com efeito, a cidade tende a crescer e a mudar de natureza. Pouco a pouco, as suas funções diversificam-se, aumenta a sua população e superfície, avultam novas formas de existência que afectam o habitat, o trabalho, a fruição dos tempos livres, as relações sociais, as crenças e até os comportamentos.

Muitos ares do velho burgo português subsistem ainda no bairro central, «onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia e onde mais se dorme de noite». No dédalo de ruas estreitas, vielas e saguões, onde não falta a lama, «predomina a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e extensas varandas», mas já se notam «as crueldades a que se sujeitam os velhos casarões com o intento de os modernizar».

Diferentes mostram-se os bairros oriental e ocidental. Naquele, mais procurado pelos brasileiros, pelos capitalistas que recolhem da América, domina a poeira, vêem-se «enormes moles graníticas, a que chamam

palacetes; o portal largo, as paredes de azulejos... as varandas azuis e douradas...; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era da edificação em letras também douradas... Pelas janelas, quási sempre, algum capitalista ocioso.»

«O bairro ocidental é o inglês... Predomina a casa pintada... Arquitectura despreziosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada... Algumas casas ao fundo de jardins assombrados de acácias, tílias, magnólias e cortados de avenidas tortuosas... chaminés fumegando... Ninguém pelas janelas... Nas ruas encontra-se com frequência uma inglesa de cachos e um bando de crianças de cabelos louros e de babeiros brancos.»

Se bem que não haja uniformidade, nem tão pouco fronteiras rígidas entre os três bairros, a fisionomia predominante é a que Júlio Dinis apontou e a ela pertencem certos tipos sociais.

Segundo Ramalho Ortigão, os bons mercadores do «estreito e cavo burgo», pimpavam atrás dos seus balcões ou das suas carteiras, sublinhando, «com persuasivo ênfase», que eram eles que se tinham batido nas linhas ao lado do Imperador contra as tropas de D. Miguel e eram eles que tinham oferecido à nação as instituições modernas. Pelo meio do século, em «toda a classe comercial não havia um só bigode, e nenhum comerciante digno deste nome se vestia senão de preto, colete de cetim e longa sobrecasaca, sendo o capote bordado de veludo obrigatório para ver a Deus.» Com esta «grande massa ortodoxa e sombria» contrastava a «garridice exótica e herética» dos ingleses, comerciantes de vinho, que apareciam na praça de chapéu branco e calças de xadrez. Os brasileiros ricos, esses «usavam, dispendiosamente, botins de duraque gaspeados de verniz, calças brancas, quinzena de alpaca, chapéu do Chile, bengala de unicórnio em punho, alfinete de brilhantes no peito anilado da camisa.»

Brasileiros houve condes e viscondes, barões e comendadores, e da mesma promoção beneficiaram alguns burgueses e até fidalgos do Porto antigo. Comerciantes e brasileiros entrozaram pelo casamento e pelo negócio entre si e com a velha nobreza, a exemplo de diversas famílias inglesas e de alguns soldados estrangeiros que as guerras liberais trouxeram a Portugal.

Estamos assim perante elementos sociais, uns de raiz antiga, outros de extracção recente que se sobrepõem e interpenetram como a própria biografia de muitos sócios da Associação Comercial, cidadãos do Porto, documenta e não menos exprimem as quintas senhoriais, os sobrados de residência e negócio, os palacetes e o noticiário dos fastos citadinos que Camilo cauterizou. Documentos por excelência do processo em

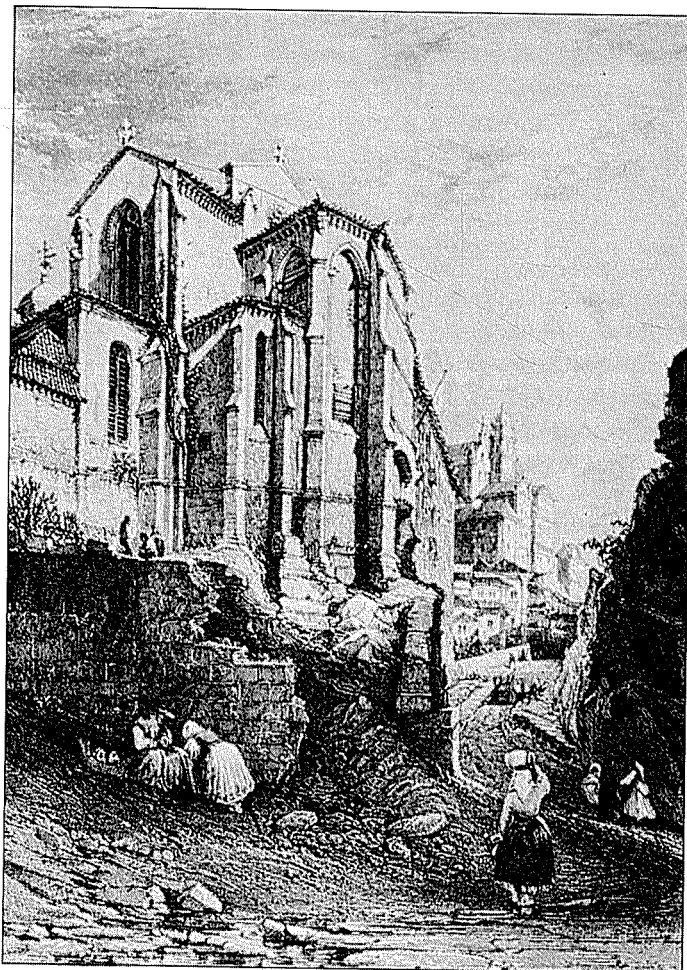
causa guardam-nos os arquivos notariais, na secção das escrituras, e os registos paroquiais de casamento e baptizado. Uns e outros dão conta de empresas e enlaces a gosto, ou até a contragosto, das proles autóctones. Decerto por lhes faltar uma identidade local própria, as individualidades do funcionalismo civil e militar perpassam apenas na pena dos romancistas, onde também se apagam os artífices, os fabricantes, as classes laboriosas.

De qualquer forma, capitalistas e altos funcionários, sabe-se, eram convidados todos os anos para um baile na Feitoria Inglesa.

Os maiores homens de negócio nativos e estrangeiros preponderam na Associação Comercial desde a sua fundação. É gente extremamente activa, com uma forte consciência de classe, testemunhada em épocas sucessivas.

Nos primeiros decénios do cartismo, visam, em particular, o trato com o Brasil e com a Inglaterra.

Quase até finais do século, os membros da Associação desinteressam-se dos negócios ultramarinos, andam ligados à fundação de bancos e companhias,



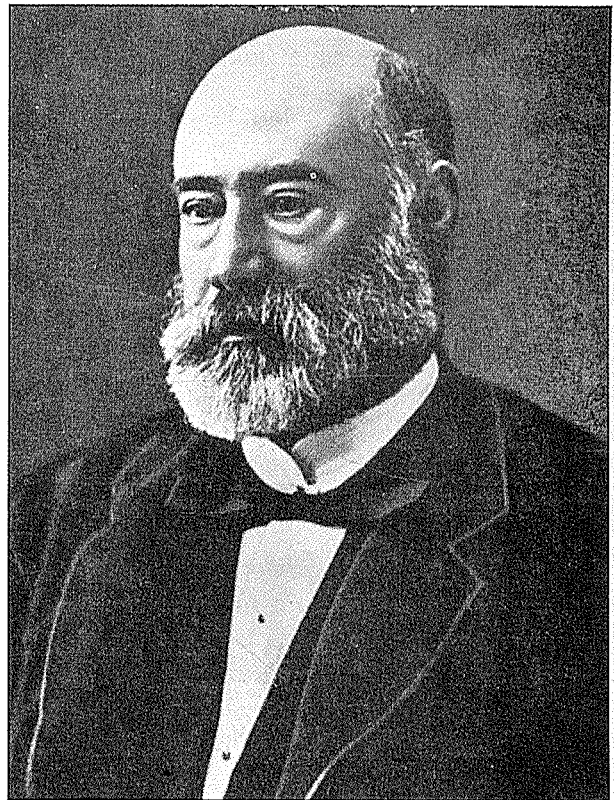
Igreja e Convento de S. Francisco (em 1834).

integram poderosas associações humanitárias, como ainda hoje o retrato dos seus sócios e irmãos testemunha. Herdeira de uma tradição cidadina com séculos de existência, influenciada pela presença, no seu seio, dos comerciantes britânicos, preponderante na urbe, esta burguesia empolou-se qualitativamente, logrou notório apuro de organização, sofreu as crises pendulares do século XIX, e fez valer o seu peso em momentos decisivos da vida nacional. A expressão plástica da sua abastança, temo-la no Palácio da Bolsa, inicialmente concebido pelo arq.<sup>o</sup> Costa Lima. Aqui, impressiona o volume do edifício, a magnificência e o lugar deixado às artes decorativas, tudo a denunciar uma época de apogeu. Como é sabido, a mole granítica ocupa espaços do incendiado convento de S. Francisco e foi edificada, a partir de 1842, graças a um imposto voluntário de 10%, pago pelo comércio citadino, o qual incidia sobre as importações e exportações.

## II

Se o palácio testemunha a influência e o gosto dos negociantes do Porto, são símbolos do seu século de ouro, o século XIX, um conjunto de actividades de índole social e cultural, uma série de iniciativas em prol das comunicações e a defesa da liberdade do comércio que tão cara era a Ferreira Borges. Revendo a sua história e as ideias que a marcaram, comecemos pelos aspectos da vida social. Um facto desde logo evidencia a relevância da Associação: desde o século XIX são recebidos nas suas instalações os monarcas e presidentes de Portugal e, bem assim, os chefes de Estado e as principais personalidades de nações amigas no curso das recepções e festas maiores que o Porto lhes dispensa.

Da apetência da Associação, noutra quadrante social, fala a erecção, quase em simultâneo, do Posto de Socorros a Náufragos de Leixões (1891), de um Fundo Permanente de Socorro a Pescadores (1892) e de um Posto de Desinfecção no mesmo porto, este inaugurado pelo rei D. Carlos. Um autor dos nossos dias, não se esquece de vincar a participação dos sócios da Associação em *vistasas* instituições de beneficência, como a Real Sociedade Humanitária, embora também pudesse referir a tão expressiva abertura de subscrições em prol de vítimas de naufrágios, inundações, epidemias, incêndios e terremotos, como ainda a distribuição de refeições e dinheiro que, com a frequência pedida pelas calamidades, toma lugar em épocas em que não havia, como agora, o recurso ao Estado benéfico, aos grandes organismos internacionais, nem às campanhas de solidariedade transnacional.



Um brasileiro.  
(Conde de Silva Monteiro)

No campo da cultura, sem falar de tantas conferências, cursos e seminários, notarei que o nome da Associação anda aliançado ao desenvolvimento do ensino técnico e do ensino superior portuense. Deve-se-lhe a tentativa de estabelecer, na cidade, em 1837, uma cadeira ou curso de Economia Política, cuja titularidade, durante a sua efémera leccionação, coube a um afamado lente da Academia da Marinha e Comércio, a quem, a breve trecho, faltou quorum estudantil. Êxito obteve, todavia, o lançamento, com fins didácticos, da tradução do *Código de Sinais para a Navegação* que a marinha de guerra portuguesa acabou por adoptar, e de interesse revestiu-se a promoção de cursos de pilotagem. Marcou o fim do século, a criação e sustento, de 1895 em diante, da Escola Comercial, instalada no Palácio e que foi a primeira da cidade. E se em Congresso efectuado em 1890 surgiram conclusões para o arranque e ressurgimento das forças produtivas nacionais, o relatório da criação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto apresenta, como evento ligado à sua génese, o funcionamento na mesma casa do Centro de Estudos Económicos e Financeiros, conhecido pela série de cursos sobre matérias de actualidade, em que participaram reputados mestres, no período que precedeu a criação daquela escola.

Qualquer destas iniciativas, levadas a cabo em épocas distintas, denuncia, afinal, a atenção da Asso-

ciação pelo problema da educação, visto em consonância com os interesses da comunidade urbana e regional e como factor indispensável ao progresso e à inovação.

Cientes, como todos os potentados oitocentistas, da importância vital da rede de comunicações para a circulação de pessoas e mercadorias, ou seja, para a criação de riqueza, os próceres da Associação notabilizam-se, ao longo do século XIX, pelos empreendimentos que nesta área impulsionaram, dirigiram ou apoiaram. A adopção do telégrafo, a melhoria de condições portuárias da cidade, o estímulo à expansão do caminho de ferro para serviço do comércio e da fazenda pública, o apoio financeiro dado à construção da estrada do Porto a Lisboa são, na verdade, outros tantos domínios onde se notou o empenho da Associação Comercial.

Realmente, os seus dirigentes promoveram o estabelecimento, em 1835, de um telégrafo marítimo por sinais entre o Porto e a Foz do Douro, e introduziram, nos mesmos serviços, o sistema eléctrico. Em meados de oitocentos, instalaram à sua custa e para bem da navegação e da mercancia, o telégrafo eléctrico em Portugal (1853).

No primeiro decénio da sua existência, em matéria portuária, a Associação, de acordo com o governo, lançou um empréstimo para a realização de obras de melhoria da traçoira barra do Douro e superintendeu



Um inglês nascido em Portugal, Manuel de Clamouse Browne, fundador da Associação Comercial.

na administração e fiscalização do empreendimento, (1840).

Já no último quartel do século, culminaram as diligências que permitiram à Câmara dos Deputados, votar, em 1885, a proposta de lei para a construção do Porto de Abrigo de Leixões, cuja indispensabilidade e natureza os trabalhos levados a efeito pela Associação demonstraram.

Ulteriormente, entre 1905 e 1910, no auge da crise responsável pela queda da monarquia liberal, quando os interesses do país são sacrificados à politiquice e ao clientelismo das facções preponderantes, o interesse planificador e o engodo pela realização da Associação Comercial vem a lume na elaboração de relatórios, propostas e pareceres sobre o melhoramento dos portos do Douro e de Leixões e suas ligações ferroviárias.

Cria-se mesmo, à sua sombra tutelar, uma *frente única* das agremiações económicas portuenses, cujo objectivo era conseguir a construção de uma doca e de um porto comercial em Leixões.

Por sua vez, no quadrante viário, também os empreendimentos em que intervêm surpreendem pela oportunidade e variedade. Assim, visto predominar a tracção animal nos transportes urbanos de mercadorias, a Associação propõe-se chamar a si o encargo da construção do troço de linha férrea da Alfândega do Porto a Leixões, como, antes, se batera pelo lançamento de um ramal para comboios de Campanhã à dita Alfândega. Ao virar o século, num só dia, a solicitação do governador da província, subscreveram os seus sócios um empréstimo de 400 contos para as obras de construção da estrada Porto/Lisboa. Anteriormente a actividade desenvolvimentista dos capitalistas do Porto tinha-se manifestado já na atenção que dispensaram à abertura das linhas de caminho de ferro do Minho e do Douro.

Além de pensarem e intervirem nestes empreendimentos, também os homens do Porto participam, quando se concebe a ligação de Salamanca a Barca de Alva, nada obstando à afirmação do seu dinamismo.

Sem a preocupação de ser exaustivo, do ponto de vista económico, é indispensável recordar o labor desenvolvido pela Associação no que aos vinhos e a outros sectores diz respeito. No segundo aspecto, e durante os primeiros anos do seu funcionamento, diversas companhias, integradas por sócios da instituição e beneficiando do seu apoio, surgiram no meio portuense, e até fora dele, em ramos que vão dos seguros e dos transportes marítimos, às sedas e à mineração, passando pelas actividades gráficas, pelas pescarias e, finalmente, pelo sector bancário. No grupo segurador, aparecem as Companhias Segurança (depois Douro) e Fidelidade. Fruto da Associação é a Tipografia Comercial



Palacete de um Brasileiro.  
(Casa do Braguinha)

Portuense, em cujas máquinas se imprimiram jornais como o *Comércio*, o *Janeiro* e o *Notícias*, ainda hoje existentes.

Da mesma fonte promanou o *Noticiador Comercial Portuense*, que tão útil era aos membros da praça. Mas a marca da instituição divisa-se ainda na formação de várias empresas e casas bancárias da mais diversa natureza. É o caso dos Bancos Comercial, Mercantil e União, é o caso da Empresa do Barco a Vapor, da Companhia dos Artefactos de Seda, Algodão e Lã, da Companhia de Mineração, da Companhia das Pescarias, da Sociedade para a Cultura da Papoila Branca, que hoje daria lugar a muitas especulações e proibições. Na altura, esta última companhia surgiu para assegurar a exploração de uma mercadoria desconhecida no Continente, o ópio. Documentos existentes no arquivo do Palácio garantem que estava assegurada, por peritos de Macau, a qualidade das cachimbadas, tóxicos clínicos, a produzir nos campos de papoila que os capitalistas do Porto resolveram explorar. Dos seus arquivos, extraem-se, do mesmo modo, elementos para o estudo das crises e falências que, ao sabor da conjuntura, cunharam a existência de instituições e pessoas.

Quanto ao vinho, direi só que são múltiplas, variadas e relevantes as actividades desenvolvidas pela Associação. As solicitações que o Governo lhe fez, a qualidade dos relatórios que elaborou, a natureza das propostas que formulou, o teor da intervenção dos negociantes e corpos directivos nas negociações e debates tanto externos, como internos, em que tomou parte, muitas vezes defrontando não só parlamentares, mas também diplomatas e ministros nacionais e estrangeiros, constituem, por si só, um espelho do que esta agremiação foi ao longo do século XIX. Não vamos agora estudar o assunto que merece, não uma confe-

rência ou um capítulo, mas um livro, cujas páginas, amiúde, hão-de ser as da história do país nos mercados internacionais. Mesmo assim gostaríamos de lembrar que a Associação preparou a representação dos vinhos do Porto nas famosas e singularíssimas Exposições Universais de Paris (1889) e de Chicago (1893), na falada Exposição de Bruxelas de 1897 e coordenou a sua acção com a da Comissão de Viticultura da Região do Douro em ordem a estabelecer as bases da criação do Entrepósito de Vinhos de Gaia. Por outro lado, até 1933, coube-lhe a defesa, nos mercados internos e externos, dos interesses e dos direitos do vinho do Porto, tarefa que, durante o salazarismo, a criação dos organismos corporativos lhe roubou.

Em termos de expressividade económica, acontecimento a todos os títulos notável, no historial da Associação, teve lugar em 1891, quando, por decreto real, neste Palácio foi instalada a Bolsa Oficial do Porto e a sua administração, bolsa que foi inaugurada na presença do rei e do governo no Inverno de 1893. Daí para o futuro este grandioso edifício perdeu, em definitivo, o nome de Praça do Comércio para, deveras e sempre, ser o Palácio da Bolsa, ex-libris da cidade mercantil.

Mas não é só o palácio que atesta o lugar da agremiação no tecido urbano portuense. O seu influxo sentese no traçado de algumas artérias envolventes, cujo nascimento promana da iniciativa dos respectivos associados. Decidida a abertura de uma rua na direcção do Palácio, os negociantes para ela rogaram o nome de Ferreira Borges, na época ainda vivo. Depois, com o acordo da Câmara, coube à Associação elaborar-lhe o projecto, dirigir e administrar a sua execução, como lhe coube, noutra ocasião, financiar a construção da rua Nova da Alfândega. E, em 1871, adquiriu e ofereceu ao município a cerca do extinto convento de S. Domingos, onde surgirá a praça do Infante D. Henrique. A dominar a praça figura, como vemos, a estátua do príncipe navegador, aquele que, no século XV, dinamizou um processo colectivo que abriu rumos mundiais ao comércio marítimo de tal sorte que o eixo da economia internacional passou do Mediterrâneo para o Atlântico. Pelos mares oceanos, os navegadores comerciantes e missionários da Europa chegaram à África e à Índia, ao Brasil e ao Extremo Oriente, transformando concepções, estabelecendo contactos civilizacionais, interpenetrando culturas, alterando o ritmo e o volume dos negócios. Ricos dessas e de mais antigas experiências, expressão do ser atlântico da Grei, em oitocentos, os comerciantes do Porto continuam a apostar nas tradicionais relações com o Brasil e na venda do vinho aos ingleses, só se empenhando na mercancia colonial africana no último quartel do século.

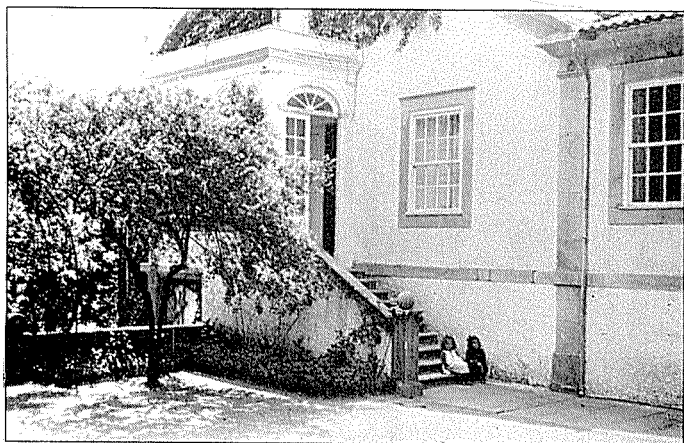
## III

Ao longo de toda a centúria, em assuntos relacionados com o vinho e com outros produtos, actividades e iniciativas, prevalecente é a defesa do liberalismo económico que um documento de 1898 sintetiza nestes termos:

*«A liberdade de trabalho foi sempre o lema desta associação».*

O respeito pelo lema não invalida, porém, algumas hesitações de percurso e até a adopção de uma ou outra heresia, formulada por erro de apreciação ou por evidente realismo. O preço pago pelas faltas de ortodoxia livre cambista, quando as houve, é amiude gravoso e, como não podia deixar de ser, acaba por provocar brados de descontentamento e de revigorada crença nos seus pressupostos, os quais, melhor do que qualquer outra doutrina, no século XIX, serviram os interesses da grande burguesia e os múltiplos e variados empreendimentos em que ela anda envolvida.

Um desvio significativo ocorre, por exemplo, nos primeiros anos de vida da agremiação. Na sequência da revolução de Setembro de 1836, que levou ao poder Passos Manuel, antigo advogado da Associação, publica-se a pauta aduaneira proteccionista de 1837, que pretende favorecer a pequena indústria nacional e, em particular, a nortenha. Ouvidos previamente sobre a matéria, os relatores escolhidos pelos negociantes do Porto consideram as pautas em que se pensa *«fatais e destruidoras do comércio»*. Entendem que, sendo embora conveniente defender a indústria, urgia fazê-lo dentro de certos limites. A protecção, alvitraram, *«não deve tornar-se proibitiva da concorrência, pois então seguir-se-á fazer estacionários os progressos da indústria, porque o fabricante, tendo a venda certa, dá lei ao comprador e não procura excogitar novos inventos para*



Casa de Família Inglesa.  
(na tradição, origem do romance de Júlio Diniz)

*aperfeiçoamento»* da sua actividade. Segundo José Capela, a opinião emitida trai uma posição «livre cambista radical que veremos aflorar, ao longo do século e repetidamente, no meio comercial do Porto.» Na ocasião, por ser radical e sobretudo — julgamos nós — porque os irmãos Passos dispunham de forte influência junto do comércio portuense, a Associação caiu no logro de não julgar as pautas inconvenientes, conforme inicialmente fora alvitrado. Só que, anos depois, em 1842, a Associação viu-se forçada a contradizer a posição tomada e «mais do que isso (sendo como era casa de comerciantes e industriais de nível vário), a atribuir às pautas as “desgraças do comércio sem ter permitido o desenvolvimento da indústria”».

De facto, o efeito das pautas aduaneiras provocou grande descontentamento no comércio importador e está na origem da oposição então movida à situação vigente, que desaguou no cabralismo.

Mas verdadeira e, à primeira vista, inesperada heresia contra a livre iniciativa descobrimo-la num documento de 1891. Para defender interesses, sem dúvida, importantes, esse texto de forma alguma se ajusta às opiniões tradicionalmente perfilhadas pela Associação. Nele, insurgindo-se contra a medida legislativa «que permitia a todas as embarcações estrangeiras o comércio e navegação de cabotagem entre todas as províncias ultramarinas», os comerciantes do Porto ridicularizam *«as abstracções e as utopias»* do laissez-faire. «Eles, que relativamente às pautas proteccionistas, quase invariavelmente foram defensores intransigentes do livre cambismo», dizem, em exposição dirigida ao monarca: *«Senhor: O prurido da liberdade civil e política deu ao povo francês as ditaduras populares, o despotismo dos cônsules e a ambição absorvente dos imperadores. A concorrência livre converteu as populações operárias em hordas de proletários famintos.»* Como *«regulador supremo da economia»*, «o corpo comercial ... deseja ver funcionar o senso prático como critério infalível e mais justo».

Quer dizer, numa altura em que se impõe defender os transportes marítimos nacionais, a caminho da agonia, a Associação, utilizando uma linguagem demo-social, sacrifica o livre cambismo ao pragmatismo, que chama mais justo e infalível. A liberdade não podia servir de capa ao avanço mercantil da navegação estrangeira, eis o que, afinal, se pretendia dizer, numa atitude de realismo e nacionalismo a que não faltam virtudes de crítica social. Ora, o nacionalismo é, com o liberalismo, a democracia, o socialismo e a afirmação do capitalismo, um dos aspectos marcantes do século XIX, em cujas aras, desta vez, sacrificam os próceres tripeiros, já então conscientes da relevância dos mercados ultramarinos e do valor persuasório da linguagem.



No mais dos casos, do princípio ao fim do século, a Associação dá primazia ao liberalismo económico, do mesmo passo que, para melhor proteger as metas comerciais visadas, tenta manter posição neutral nos confrontos políticos que ensombram o regime. Rejeita, por exemplo, a indicação de representantes da classe para figurar nas listas de deputados às Cortes. Julga que os candidatos devem representar a Nação e defender, acima de tudo, o bem geral. E se a cada um reconhece o direito de assumir a posição que entender, à agremiação impõe que fique acima das contingências partidárias — «*não seguindo outra bandeira senão a do interesse nacional*».

«*Abstém-se a mesa da Direcção ... de enunciar qualquer expressão ou sentimento que denote cor ou partidarismo político, pois a essas cores e a esses partidos é ela tão estranha como o seu estatuto lhe prescreve que seja*», diz-se, lapidarmente, num texto paradigmático.

Numa palavra, desde o princípio, os da Associação pressentem que lhes convém permanecer no seu terreno, ou seja, empenhar-se na defesa dos interesses dos seus associados, virados para o comércio com a Inglaterra e com o Brasil, à luz dos princípios do livre cambismo reinante na maior praça do mundo — a cidade de Londres. Assim, logo em 1835, consultados os mais abastados comerciantes vitícolas nacionais e estrangeiros sobre o projectado sistema de provas para classificação dos vinhos saídos pela barra do Douro, os ditos comerciantes julgam inaceitável o processo e exigem a completa liberdade de entrada por mar e por terra dos vinhos de qualquer província no Porto, e saída igualmente livre por qualquer porto do Reino. Ao esclarecer a posição adoptada, declaram ao Ministro da Fazenda: «*A Associação Comercial está certa que V. Exa. e os senhores deputados autores do projecto de lei, estão, como ela, intimamente convencidos de que o elemento essencial do comércio é a mais ampla liberdade.*» Só com medidas próprias de «*franqueza e liberdade comercial*» será possível fazer reviver a exportação de vinhos para o Brasil em que tantas esperanças se depositam.

E, no ocaso do século, em 1899, a constante livre cambista subsiste na argumentação vazada num texto da Associação sobre a criação de depósitos oficiais de vinhos portugueses em África. Do estabelecimento dos ditos depósitos, «*não só nenhum benefício colherá o comércio do vinho, mas apenas se implantará o sistema pernicioso, quanto a nós, de centralizar nas mãos do governo o modo de negociar, que não pode, nem deve deixar de ser resultado da iniciativa individual*». Trata-se de ideias chave, amiúde usadas no século de ouro da Associação, pois o seu conteúdo encomia a livre

iniciativa, do mesmo modo que exautora a intervenção centralista do Estado.

É, de resto, uma época onde, a par do livre cambismo, a Associação vê, na «*falta de tratados comerciais, uma origem considerável senão a única do nosso definhamento e decadência*». Ora os tratados garantiam a livre circulação das mercadorias, mediante as recíprocas liberdades concedidas às partes contratantes. Só que, em muitos casos, os mais fortes beneficiavam delas, sonogando-as aos mais fracos, conforme algumas vezes Portugal sentiu no relacionamento com os seus aliados. Em todo o caso, e na generalidade, a Associação defendeu a celebração, participou na concretização e tirou sucessivo benefício de convénios celebrados em oitocentos e nesse período permaneceu fiel à mensagem doutrinária do burguês oitocentista e prócere liberal que foi Ferreira Borges. Actuou, portanto, em consonância com os princípios da Carta e da monarquia liberal que a escutou, nobilitou e fez poderosa.

No alvor do século XX, com a revolução de 1910, vai-se o rei e a Carta, chegam governantes médio burgueses, estão mais perto do poder outras agremiações cidadinas, pontifica um regime democrático, inimigo declarado da monarquia e dos seus próceres, que apouca a Associação a ponto de lhe sonegar o palácio erguido no terreno dos franciscanos, a expensa dos negociantes.

Posteriormente, o Estado Novo doma o liberalismo e o individualismo que permitiram à Associação actuar, e por último subsistir, para entronizar a república orgânica e corporativa. Reinstalada no palácio, que Sidónio lhe devolvera, a Associação recupera o fausto, o protocolo escolhe-a como palco, enquanto o Estado entrega as suas funções essenciais à organização corporativa. Basta lembrar que ela deixa de representar os seus sócios vinhateiros, alguns dos melhores entre os mais ilustres.

Durante as experiências populares-radicais dos anos setenta, a Associação vegeta, sob a carapaça granítica, intocável, do Palácio.

Faça o tempo que fizer, compreende-se que, morto o laissez-faire antigo, hoje seja ouvida e visitada, activa e empreendedora na democracia aberta que constitucionalmente temos, na qual o liberalismo económico, de novo, irrompe. \*

\* Este texto reproduz uma conferência pronunciada no Palácio da Bolsa, por ocasião dos 150 anos da Associação Comercial do Porto. Sobre o assunto, veja-se o estudo de Maria de Fátima Bonifácio, *A Associação Comercial do Porto no contexto económico nortenho e nacional*, Lisboa, 1986, que é posterior à redacção da conferência e ilustra outros aspectos da mesma matéria.